

VER-SUS em terras potiguares: um relato de experiência a partir de um olhar sobre a Equidade em Saúde

VER-SUS in Rio Grande do Norte: an experience report from a perspective on Health Equity

Dândara Nayara Azevedo Dantas; Larissa Grace Nogueira Serafim de Melo; Lavinia Mabel Viana Lopes

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as vivências do VER-SUS Equidade, na cidade de Natal/RN, a partir do olhar de facilitadoras do projeto. As vivências envolveram o grupo indígena Warao, a comunidade Mendonça do Amarelão, o Museu Câmara Cascudo, o Ambulatório Transexual e Travesti (Ambulatório TT) e o Centro de Referência da Mulher Elizabeth Nasser (CREN). Nas vivências envolvendo os povos originários (grupo indígena Warao, comunidade Mendonça do Amarelão e Museu Câmara Cascudo), percebeu-se a necessidade de uma compreensão crítica sobre a história dessa população, reflexões sobre os efeitos da colonização na construção das desigualdades atuais e construção de políticas públicas que respeitem a diversidade cultural, territorial e as especificidades das populações indígenas. O Ambulatório TT, uma conquista, aponta para a importância dos movimentos sociais para a garantia de direitos da população LGBTQIAPN+, mas também para iniquidades sofridas por pessoas trans e travestis, como o acesso aos serviços, as barreiras para inserção no mercado de trabalho, o respeito ao nome social e o cuidado em saúde mental. No CREN, a experiência permitiu refletir sobre as interfaces entre saúde, direitos e justiça social, além de destacar a importância de uma formação profissional sensível às múltiplas expressões da violência contra a mulher e à construção de redes de cuidado intersetoriais. A partir das vivências proporcionadas pelo VER-SUS Equidade, reafirmou-se o papel transformador da formação em saúde pautada pela integração entre ensino, serviço e comunidade, ampliando a consciência crítica e sanitária dos estudantes e fortalecendo seu compromisso ético-político com a transformação social.

Palavras-chave: Equidade. Desigualdades em Saúde. Sistema Único de Saúde. Política de Saúde. Colaboração Intersetorial.

ABSTRACT

This article aims to present the experiences of VER-SUS Equidade in the city of Natal, Rio Grande do Norte, from the perspective of project facilitators. The experiences involved the Warao Indigenous group, the Mendonça do Amarelão community, the Câmara Cascudo Museum, the Transsexual and Transvestite Outpatient Clinic (TT Outpatient Clinic), and the Elizabeth Nasser Women's Reference Center (CREN). The experiences involving the indigenous peoples (Warao Indigenous group, Mendonça do Amarelão community, and the Câmara Cascudo Museum) highlighted the need for a critical understanding of the history of this population, reflections on the effects of colonization on the construction of current inequalities, and the development of public policies that respect cultural and territorial diversity and the specificities of indigenous populations. The TT Outpatient Clinic, a significant achievement, highlights the importance of social movements in guaranteeing the rights of the LGBTQIAPN+ population, but also the inequities faced by trans and transvestite people, such as access to services, barriers to entering the job market, respect for social names, and mental health care. At CREN, the experience allowed reflection on the interfaces between health, rights, and social justice, in addition to highlighting the importance of professional training sensitive to the multiple expressions of violence against women and the construction of intersectoral care networks. Based on the experiences provided by VER-SUS Equidade, the transformative role of he-

alth education, guided by the integration of teaching, service, and community, was reaffirmed, expanding students' critical and health awareness and strengthening their ethical and political commitment to social transformation.

Keywords: Equity. Health Inequalities. Unified Health System (SUS). Health Policy. Intersectoral Collaboration.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A formação em saúde no Brasil, especialmente após a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), exige a articulação entre teoria e prática, com enfoque na integralidade do cuidado, na equidade e no reconhecimento das diversidades socioculturais presentes no território. Nesse contexto, o Programa de Vivência e Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS) se configura como uma estratégia potente de educação para o fortalecimento do SUS, ao promover experiências formativas que aproximam estudantes das realidades sociais e dos desafios concretos enfrentados pelos usuários e trabalhadores do sistema de saúde(1).

O presente relato de experiência se refere às vivências durante o VER-SUS em Natal/RN, especialmente nas visitas ao grupo indígena Warao (refugiado da Venezuela), à comunidade indígena Mendonça do Amarelão, ao Museu Câmara Cascudo, ao Ambulatório TT – serviço de referência no cuidado à população travesti e transexual –, e ao Centro de Referência da Mulher Elizabeth Nasser (CREN), mantido pelo poder público municipal. Esses espaços permitiram o contato direto com populações historicamente marginalizadas, cujas vulnerabilidades são atravessadas por marcadores sociais como etnia, território, gênero e nacionalidade.

Tais vivências revelam a complexidade do cuidado em saúde quando se trata de populações indígenas e de pessoas trans, especialmente no que se refere ao acesso aos serviços, respeito às especificidades culturais e identitárias, e enfrentamento das desigualdades estruturais(2,3,4). Os povos originários, por exemplo, historicamente sofrem com a negação de direitos básicos, como terra, saúde e educação, em um processo de invisibilização que remonta à colonização e persiste, ainda hoje, em políticas públicas pouco sen-

síveis às suas realidades(5,6). No caso dos indígenas Warao, tal vulnerabilidade é agravada pela condição de migração forçada, situação que escancara a precariedade das estruturas de acolhimento e o desafio de políticas públicas interculturais(2).

De modo semelhante, a população travesti e transexual enfrenta profundas barreiras no acesso à saúde, frequentemente relacionadas ao preconceito institucional, à patologização das identidades e à ausência de profissionais capacitados para um cuidado integral e respeitoso(7,8). A existência de serviços como o Ambulatório TT em Natal representa uma conquista da luta por direitos e da mobilização social, mas também evidencia os limites de um sistema que ainda não assegura, de forma equitativa, o cuidado a essa população.

A visita ao Centro de Referência da Mulher Elizabeth Nasser também evidenciou a centralidade da saúde na articulação com as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. O CREN, enquanto equipamento da rede de atenção integral à mulher em situação de violência, proporciona acolhimento psicossocial, jurídico e assistencial, desempenhando um papel fundamental na garantia dos direitos humanos e na promoção da dignidade das mulheres. A experiência no local permitiu refletir sobre as interfaces entre saúde, direitos e justiça social, além de destacar a importância de uma formação profissional sensível às múltiplas expressões da violência contra a mulher e à construção de redes de cuidado intersetoriais.

A visita ao Museu Câmara Cascudo, por sua vez, funcionou como eixo articulador entre as práticas e a memória social, promovendo a compreensão crítica da história dos povos originários no Rio Grande do Norte e permitindo uma reflexão sobre os efeitos da colonização na construção das desigualdades atuais. A mediação feita por profissionais e facilitadores do PE-T-Saúde/Equidade e da UFRN possibilitou um espaço de escuta, troca e ressignificação do papel da saúde enquanto promotora de cidadania e dignidade.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo apresentar as vivências do VER-SUS Equidade, a partir do olhar de facilitadoras do projeto, docentes da UFRN. As vivências buscam apresentar os espaços visitados, os diálogos com as populações e as reflexões acerca das iniquidades em saúde. Elas descrevem, também, a integração entre estudantes, facilitadores, trabalha-

dores e usuários do SUS.

DESENVOLVIMENTO

O relato de experiência foi sistematizado com o objetivo de apresentar reflexões a partir das vivências com esses grupos sociais, e está organizado em três seções principais: (1) os povos originários no Rio Grande do Norte, com foco nas comunidades indígenas visitadas e no papel da memória e da cultura no fortalecimento da identidade e da saúde; (2) o Ambulatório TT: acesso e resistência em Natal/RN, que discute a importância de políticas públicas voltadas à população trans e os desafios cotidianos enfrentados no cuidado em saúde; e (3) o CREN e o enfrentamento à violência de gênero: saúde, direitos e cidadania.

Os povos originários no Rio Grande do Norte

As experiências no VER-SUS proporcionaram uma imersão significativa na realidade social, histórica e cultural de diferentes populações em situação de vulnerabilidade, especialmente os povos originários. Três atividades, em especial, destacaram-se por evidenciar a resistência que atravessam esses povos: a visita ao grupo indígena Warao, refugiado da Venezuela, uma roda de conversa com foco na história e nos direitos indígenas no Rio Grande do Norte na Comunidade Mendonça do Amarelão, na Zona Norte de Natal e a visita ao Museu Câmara Cascudo.

A visita ao grupo indígena Warao revelou uma realidade marcada pelo deslocamento forçado, pela luta por pertencimento e pela preservação cultural da segunda maior etnia da Venezuela, que possivelmente ocupa há cerca de milhares de anos três regiões do nordeste do país: os estados do Delta Amacuro, Monagas e Sucre, que se situam no delta do rio Orinoco, ou seja, às margens de um rio.

Atualmente, muitas pessoas pertencentes a esta etnia estão refugiadas no Brasil, sendo assim consideradas por questões humanitárias. O grupo visitado é composto por cinco famílias que migraram para fora de seu país de origem, chegando ao nordeste brasileiro há cerca de cinco anos, onde estão morando atualmente em um bairro residencial na zona sul do município de

Natal/RN. Todas as famílias compartilham uma mesma residência, que é uma casa alugada com apoio do poder público, que também mantém o fornecimento de cestas básicas para suprimento das necessidades.

Chegando ao local, fomos recebidos por Misael, liderança do grupo indígena, e um dos poucos dentre os refugiados que se comunica bem em língua portuguesa, pois a maior parte do grupo comunica-se apenas por meio de sua língua própria, a língua warao. Em tempo, o termo warao na língua nativa significa “povo da água”. A partir de então, fizemos parte de uma roda de conversa que permitiu um diálogo aberto, e com muitos esclarecimentos a respeito do contexto socioeconômico dos indígenas na Venezuela, que culminou com a decisão desse grupo indígena em específico de buscar refúgio no Brasil.

Também foi possível conhecer um pouco sobre os modos de vida desse povo indígena em sua terra natal, e as recentes modificações propiciadas pelo contato com povos não indígenas. Vale destacar que o grupo está residindo em contexto urbano, na capital do estado do Rio Grande do Norte; outrora, antes da migração, viviam em comunidade rural, exercendo atividades de agricultura e pesca tradicional, em um contexto de hábitos de vida não urbano.

Como liderança que conduziu o diálogo, Misael buscou enfatizar os anseios e objetivos do grupo de famílias indígenas, algo que inclui, especialmente, a busca por permanecer no litoral do nordeste do Brasil, uma vez que consideram este um bom lugar para residirem, dado à boa receptividade local, como também características naturais, tais como clima, hidrografia e vegetação.

No relato de Misael, foi perceptível ainda a luta constante do grupo por melhores condições de vida, preservação de sua cultura e identidade, com destaque para seus ritos, crenças, usos e costumes. Misael também apontou as diversas experiências vivenciadas até então no Brasil, especialmente com o atendimento no âmbito do SUS, com evidência para o enfrentamento à pandemia da Covid-19, quando receberam vacina contra a doença, sendo essa uma das muitas imunizações recebidas desde que adentraram no território brasileiro.

A aproximação com este grupo indígena permitiu reflexões sobre a complexidade da garantia do direito à

saúde, e inclusão social em seus vários aspectos, para pessoas migrantes. Compreende-se que há grandes desafios postos ao Brasil no contexto de acolhimento aos migrantes indígenas. Entretanto, acredita-se que o respeito à sua diversidade sociocultural seja um passo importante para auxiliar esses povos na construção de sua autonomia em um país estrangeiro.

Outro ponto de grande relevância foi a visita às comunidades indígenas, com deslocamento para a Comunidade Mendonça do Amarelão, na Zona Norte de Natal. Sob a acolhida da liderança local, Maria, foi realizada uma roda de conversa com representantes indígenas, que possibilitou um diálogo profundo sobre a realidade desses povos na cidade de Natal e em outros territórios do Rio Grande do Norte.

Foram discutidos temas como o contexto histórico de migração das famílias de João Câmara para Natal, os processos de ocupação de terras e os desafios na afirmação da identidade indígena em um cenário urbano. A conversa também abordou as dificuldades enfrentadas durante o período da pandemia de Covid-19, que ampliou vulnerabilidades já existentes e evidenciou a necessidade de políticas públicas voltadas à mitigação das desigualdades, especialmente relacionadas ao direito à moradia digna, ao acesso aos serviços de saúde, a alimentação e à educação.

Foi possível perceber que, vivendo em um ambiente urbano, as comunidades já se encontram influenciadas pela cultura cidadina, o que se expressa em aspectos como hábitos alimentares, compreensão do processo saúde-doença e práticas de cuidado. Ainda assim, a luta pela preservação da identidade dos povos indígenas permanece central, sendo vista como forma de resistência e de fortalecimento comunitário.

Essas vivências permitiram um contato direto com os diferentes atores sociais, integrando estudantes, facilitadores e trabalhadores em um exercício coletivo de aprendizado. A experiência favoreceu o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a importância da construção de políticas públicas que respeitem a diversidade cultural e territorial, contemplem as especificidades das populações indígenas no contexto urbano.

Na visita ao Museu Câmara Cascudo, fomos recebidos por um guia que conduziu o momento. Na ocasião, contemplamos uma exposição sobre os povos

originários no território do Rio Grande do Norte, a “RN é terra indígena”. Estavam presentes estudantes, facilitadores (da UFRN e SESAP) e um profissional da rede SUS, preceptor do PET-Saúde Equidade.

Iniciamos a exposição, conhecendo sobre os povos originários no estado e refletindo sobre os aspectos históricos relacionados à colonização e à chegada de Portugal às terras potiguaras. Vimos o “Marco de Touros”, um monumento português de 1501, construído e usado por Portugal para demarcar a posse da terra. Mais adiante, contemplamos peças, utensílios e objetos que representam a cultura de povos indígenas, as quais foram doadas ao Museu por alguns grupos. O guia do museu, ao conduzir a visita, fazia perguntas, provocações e reflexões aos visitantes, abordando cultura, identidade, saberes populares, direito à terra e os impactos da colonização e das políticas sociais nessa população.

A visita foi encerrada com a apresentação de uma obra artística, estampada nas próprias paredes e teto do museu, representando as constelações indígenas. O guia nos destaca uma delas, “o homem velho”, e nos convida a contemplar o céu sob a perspectiva daquelas que há muito estão e constroem essa terra.

Ao final do encontro, os estudantes foram organizados em uma roda de conversa, mediada pelos facilitadores por meio de questões disparadoras. Nesse momento, relacionados a visita ao museu às visitas grupo indígena Warao e a Comunidade Mendonça do Amarelão, descritas anteriormente neste mesmo tópico. Nesse sentido, os estudantes foram convidados a trazerem suas percepções e reflexões diante da realidade, buscando relacioná-las ao conceito ampliado de saúde e à cidadania, compreendendo a saúde como um direito constitucional no país. Retomamos o conceito de acesso e equidade em saúde, refletindo sobre as condições de vida e saúde dos povos originários no Brasil e as iniquidades que atravessam essa população, as quais foram observadas, mas também evidenciadas nas falas ouvidas no Amarelão e pelos Warao.

A vulnerabilidade envolvendo os povos originários no Brasil são históricas. Embora tenha sido destacado pelos Warao o acesso à vacinação contra a Covid-19, foi durante a pandemia que mais se evidenciou às iniquidades que cercam à população indígena. Considerando o cenário nacional durante da Covid-19, ficou evi-

denciada a falta de proteção – por parte do Estado – à saúde dessa população(9). O contexto político também tem sido desafiador. Com as discussões envolvendo o marco temporal, o parlamento brasileiro, ao que parece, está mais disposto a impulsionar o agronegócio, a mineração e a indústria em detrimento dos direitos da população indígena, o que favorece a ocupação ilegal de terras da União e os crimes ambientais (principalmente no espaço da Amazônia)(10), problemas históricos que perpassam a vida desses sujeitos ao longo dos anos.

Ambulatório tt: acesso e resistência em Natal/RN

O olhar direcionado à saúde da população LGBTQIAPN+ tem sido fundamental para combater e reduzir às iniquidades em saúde. O Ambulatório TT da cidade de Natal/RN está localizado exatamente no mesmo lugar que o Centro Municipal de Cidadania LGBT e existe há 5 anos na cidade, sendo um marco para a saúde pública municipal. Fruto de lutas, é uma conquista para a população LGBTQIAPN+, já tendo realizado centenas de atendimentos ao público desde sua criação. Porta aberta à população, conta com uma equipe multiprofissional para o cuidado, composta por profissionais da medicina, enfermagem, serviço social e psicologia.

Ao chegarmos no ambulatório TT, fomos recebidos em uma sala organizada com itens que representavam as atividades e ações desenvolvidas pelo serviço. A bandeira trans, preservativos, testes rápidos, cartilhas de orientação e qualificação profissional (produzidas no SUS) e as ampolas representando a terapia hormonal. Com uma metodologia de roda de conversa, estavam presentes estudantes, facilitadores (da UFRN e da SESAP) e uma profissional do serviço, Cléa Patrícia, coordenadora do ambulatório e mediadora do encontro.

A apresentação do Ambulatório TT envolveu não apenas a descrição dos serviços que são ofertados, mas discutiu, sobretudo, os aspectos relacionados às iniquidades em saúde para com as pessoas trans e travestis. Desse modo, a apresentação perpassou sobre: o acesso das pessoas trans e travestis a outros serviços do SUS onde, por vezes, sofrem discriminação nos próprios serviços; as barreiras para inserção no mercado de trabalho; (a falta de) respeito ao nome social,

um direito constitucional, ato de dignidade e cidadania; o cuidado em saúde mental, tão necessário nesse contexto de vulnerabilidade, além do apoio psicossocial essencial no processo de transição; o contexto de discriminação e transfobia na sociedade em geral; e a importância dos movimentos sociais para a garantia de direitos da população LGBTQIAPN+.

Nosso encontro foi interrompido algumas vezes, pois chegavam usuários para administração hormonal. Cléa prontamente saía para o acolhimento e oferta de cuidado. Na volta, sempre apontava a importância daquele espaço para a garantia de acesso e de um cuidado qualificado à população trans e travesti.

Em um segundo momento de reflexões com os estudantes, eles foram convidados a compartilhar sobre os sentidos, sentimentos e inquietações que surgiram após a visita ao Ambulatório TT. A partir disso, elaboramos sobre a vulnerabilidade de grupos e populações específicas no país que enfrentam, ainda, iniquidades para o acesso à saúde e à espaços da sociedade, como o ambiente familiar e de trabalho. Refletimos, ainda, como o movimento social foi importante para a criação do Ambulatório TT na cidade de Natal/RN e, a partir disso, rememoramos a importância dos movimentos sociais no processo da Reforma Sanitária Brasileira e na criação e resistência do SUS.

Autores(7) destacam que, dentre os principais desafios vivenciados pela população trans no Brasil, está a patologização da transexualidade, o acolhimento realizado de maneira inadequada, a qualificação dos profissionais, a inexistência de rede de saúde e a escassez de políticas de promoção da equidade e respeito às identidades de gênero trans. Ainda que o Ambulatório TT busque romper o paradigma biomédico e seja um símbolo de resistência e luta por acesso, ainda existe um caminho importante a ser percorrido, sobretudo considerando questões políticas e sociais. É necessário, portanto, fortalecer as políticas de saúde e criar espaços de garantia de direitos, como a estruturação de uma rede de saúde para essa população, viabilizando linhas de cuidado e integralidade da atenção, passos importantes para a equidade em saúde.

O CREN e o enfrentamento à violência de gênero: saúde, direitos e cidadania

Para compreender o contexto público de combate à violência contra a mulher foi realizada uma visita a um equipamento que faz parte da rede de combate à violência contra a mulher, a saber: o Centro de Referência da Mulher Elizabeth Nasser - CREN, mantido em funcionamento na cidade de Natal/RN pelo poder público municipal.

O CREN conta com adequada estrutura física e equipe qualificada para prestar atendimento psicológico, social, psicossocial e orientação jurídica especializada em casos enquadrados nos diversos tipos de violência contra a mulher existentes. Para tanto, o CREN possui sala para atendimentos em grupo/reuniões, recepção, brinquedoteca e salas de atendimento individualizado, onde atuam profissionais psicólogos, assistentes sociais e assessoria jurídica.

O centro se configura como local de concretização de política pública voltada à assistência à mulher, estando disponível para acolher e orientar mulheres do município de Natal/RN, uma vez sendo vítimas de algum tipo de violência. No momento da visita fomos acolhidos pelos profissionais que estavam trabalhando no centro, e nos explicaram todo o contexto histórico de criação deste, bem como sua forma de funcionamento.

A partir do relato dos profissionais, foi possível compreender a importância do apoio psicológico, jurídico e social para romper o ciclo de violência. O trabalho não é realizado somente a partir de atendimento individualizado, mas também em um grupo de apoio, denominado Grupo das Margaridas, que foi criado com o objetivo de auxiliar as mulheres vítimas de violência a reconquistarem a sua autoestima, e apoiarem-se mutuamente no redirecionamento de suas vidas.

Além disso, ficou evidente a importância do trabalho multiprofissional na promoção do empoderamento e autonomia feminina, muitas vezes necessários para o não retorno ao ciclo de violência. Acreditamos que a visita tenha fomentado o conhecimento sobre a rede de combate à violência contra a mulher, como também contribuído para enfatizar o papel da sociedade no apoio às mulheres vítimas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências proporcionadas pelo VER-SUS Equi-

dade em Natal/RN reafirmam o papel transformador da formação em saúde pautada pela integração entre ensino, serviço e comunidade. O contato direto com populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas Warao e Mendonça do Amarelão, a população travesti e transexual atendida pelo Ambulatório TT, e as mulheres acolhidas pelo Centro de Referência Elizabeth Nasser, evidenciou as múltiplas expressões das iniquidades em saúde e a urgência de políticas públicas comprometidas com a justiça social.

Essas experiências formativas possibilitaram não apenas o reconhecimento das barreiras estruturais que afetam o acesso à saúde — marcadas por racismo, transfobia, xenofobia e sexismo institucional —, mas também estimularam uma reflexão crítica sobre o papel dos futuros e atuais profissionais de saúde na construção de práticas mais humanizadas, integradas e comprometidas com a equidade.

Além disso, a mediação de espaços como o Museu Câmara Cascudo demonstrou como a memória e a história influenciam a forma como as desigualdades são produzidas e mantidas, sendo a compreensão desse contexto essencial para o fortalecimento de um SUS que respeite a diversidade cultural e garanta dignidade a todos os sujeitos.

Conclui-se que experiências como o VER-SUS são fundamentais para consolidar uma formação em saúde comprometida com os princípios do SUS, ampliando a consciência crítica e sanitária dos estudantes e fortalecendo seu compromisso ético-político com a transformação social. A escuta ativa, o diálogo intercultural e o trabalho interprofissional devem ser permanentemente valorizados como pilares para a construção de um cuidado em saúde que reconheça e atue sobre as múltiplas vulnerabilidades sociais.

REFERÊNCIAS

1. Canônico RP, Brêtas ACP. Significado do Programa Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde para formação profissional na área de saúde. *Acta Paul Enferm.* 2008;21(2):256-61.
2. Bonfim J, Cardoso AM, Garnelo L, Mendes AM, Souza MLP. Migração indígena e desafios ao SUS: a situação dos Warao em Roraima. *Cad Saúde Pública.* 2021;37(3):e00226920.
3. Mendes EM, Silva TM. Saúde indígena e políticas interculturais: avanços e desafios no Brasil contemporâneo. *Rev Bras Saude Mater Infant.* 2019;19(Suppl 1):111-20.
4. Ministério da Saúde (Brasil). Diretrizes para o cuidado à saúde de pessoas trans. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_saude_pessoas_trans.pdf
5. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/saude-indigena>
6. Castilho MWV, Castilho EWV. O desafio da invisibilidade dos indígenas em contexto urbano. *Confluências.* 2023;25(3):120-40. doi: 10.22409/conflu.v25i3.59956
7. Rocon PC, Wandekoken KD, Barros MEB, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. Rio de Janeiro: Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65297>
8. Pinheiro TF, Carvalho MVF, Prado NM, Rocon PC, Gurgel H, Prado EV, et al. Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil: estudo multicêntrico. *PLOS Glob Public Health.* 2024;4(6):e0002613.
9. Lopes LMV. Marcas de uma pandemia no Brasil: análise bioética de fatores relacionados à postura do Estado brasileiro frente à Covid-19 [tese]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58239>
10. Basta PC. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. *Cad Saúde Pública.* 2023 Dec 22;39(12):e0011823. doi: 10.1590/0102-311XPT11823.